

Decreto Presidencial n.º 153/12

de 29 de Junho

Tendo em conta o potencial geológico-mineiro do projecto kimberlítico denominado LUAXE sito na Província da Lunda-Sul, Município de Saurimo;

Considerando o interesse público em participar nesse projecto através da ENDIAMA-E. P., Concessionária Nacional para Diamantes;

Havendo necessidade de exercer um maior controlo das reservas diamantíferas do País, visando as legítimas expectativas das gerações vindouras e o desenvolvimento sustentável;

Considerando a adequada valorização desses recursos com vista a proporcionar uma maior deversificação da economia nacional, a criação de emprego, de infra-estruturas e estruturas técnicas e sociais que beneficiem as populações locais;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 3 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, combinados com o artigo 111.º do Código Mineiro aprovado pela Lei n.º 30/11, de 23 de Setembro, o seguinte:

Artigo 1.º — É autorizado o Ministro da Geologia e Minas e da Indústria, coadjuvado pela Concessionária Nacional, a outorgar os direitos mineiros relativos ao Projecto LUAXE e a definir o calendário e as regras específicas para implementação do mesmo, nos termos do Código Mineiro.

Artigo 2.º — É autorizada a associação em participação da ENDIAMA-E. P. com a Sociedade Mineira de CATOCA, a JOACAMA, a TRIMIANGOL, a BENELUZE, a ISUJE, a MILUNA e a SACCIR, no projecto referido no artigo anterior, cujos termos devem ser aprovados pelo Ministro da Geologia e Minas e da Indústria.

Artigo 3.º — As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

Artigo 4.º — O presente Decreto Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 30 de Maio de 2012.

Publique-se.

Luanda, aos 21 de Junho de 2012.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Decreto Presidencial n.º 154/12

de 29 de Junho

Tendo em conta o potencial geológico-mineiro do projecto kimberlítico denominado LUANGE, sito na Província da Lunda-Norte, Município de Lubalo;

Considerando o interesse público em participar nesse projecto através da ENDIAMA-E. P., Concessionária Nacional para Diamantes;

Havendo necessidade de exercer um maior controlo das reservas diamantíferas do País, visando as legítimas expectativas das gerações vindouras e o desenvolvimento sustentável;

Considerando a adequada valorização desses recursos com vista a proporcionar uma maior deversificação da economia nacional, a criação de emprego, de infra-estruturas e estruturas técnicas e sociais que beneficiem as populações locais.

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 3 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, combinados com o artigo 111.º, do Código Mineiro aprovado pela Lei n.º 30/11, de 23 de Setembro, o seguinte:

Artigo 1.º — É autorizado o Ministro da Geologia e Minas e da Indústria, coadjuvado pela Concessionária Nacional, a outorgar os direitos mineiros relativos ao Projecto LUANGE e a definir o calendário e as regras específicas para implementação do mesmo, nos termos do Código Mineiro.

Artigo 2.º — É autorizada a associação em participação da ENDIAMA-E. P., com a Sociedade Mineira de CATOCA, a SACCIR, a BAPSIL e a KAZONDO, no projecto referido no artigo anterior, cujos termos devem ser aprovados pelo Ministério da Geologia e Minas e da Indústria.

Artigo 3.º — As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

Artigo 4.º — O presente Decreto Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, 30 de Maio de 2012.

Publique-se.

Luanda, aos 21 de Junho de 2012.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Decreto Presidencial n.º 155/12

de 29 de Junho

Tendo em conta o potencial geológico-mineiro do projecto kimberlítico denominado GANGO sito na Província do Kwanza-Sul, Município de Mussende;

Considerando o interesse público em participar nesse projecto através da ENDIAMA-E. P., Concessionária Nacional para Diamantes;

Havendo necessidade de exercer um maior controlo das reservas diamantíferas do País, visando as legítimas expectativas das gerações vindouras e o desenvolvimento sustentável;